



PROCURAM-SE PARCERIAS E COMPRADORES PARA A CESA

Depois de propor a extinção da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa), o governo fecha 2015 com outras alternativas na manga. Embora demonstre não ter desistido da ideia ao propor, no pacote entregue à Assembleia, o fim da exigência de plebiscito para encerrar as atividades da companhia.

Por ora, o Estado quer se desfazer de unidades e abrir espaço para as parcerias público-privadas (PPPs). Nesta semana, foi aprovada a autorização para a venda de três unidades: Santa Rosa, Júlio de Castilhos e Nova Prata – o valor somado é de R\$ 21 milhões.

– Metade das unidades da Cesa hoje tem limitação operacional, está em áreas dentro das cidades – diz Ernani Polo, secretário da Agricultura.

A estatal está vinculada à pasta. Nas

demais unidades da Cesa, a ideia é adotar o modelo das PPPs.

O principal desafio será encontrar interessados. Cooperativas já teriam sinalizado interesse nas parcerias. Quando o assunto é a venda, a coisa fica um pouco mais complicada. A planta de Passo Fundo, por exemplo, foi colocada no mercado três vezes na gestão anterior. Em nenhuma recebeu oferta.

A Cesa tem no passivo trabalhista acumulado ao longo dos anos um dos principais obstáculos à recuperação efetiva das contas, que seguem no vermelho, apesar dos esforços para dar à estatal uma sobrevida – o prejuízo em 2014 foi de R\$ 25,32 milhões.

A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), também deverá ter enxugamento da estrutura atual, que conta com 22 unidades.

O que vai bater à porta

No balanço de final de ano, a Secretaria da Agricultura apontou metas para 2016

1 Susaf: o sistema regulamentado em 2013 com o objetivo de facilitar a venda de produtos de agroindústrias familiares fora do município de origem demorou a engrenar. Dois anos depois, 11 municípios têm a habilitação – no início do ano eram apenas cinco. A meta é chegar ao final de 2016 com a lista ampliada para 50. Os kits Susaf, destinados a 42 cidades (credenciadas ou em processo avançado) devem chegar até a primeira quinzena de janeiro.

2 PPCI do parque: interdito devido à ausência de um Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI) global, o parque Assis Brasil, em Esteio, onde é realizada a Expointer, foi liberado pouco antes da feira começar neste ano. Uma empresa foi contratada para fazer a elaboração do plano. Havia quatro fases diferentes a serem executadas. O contrato emergencial feito deverá ter um aditivo em janeiro, para que as melhorias solicitadas pelos bombeiros possam ser executadas. A liberação dada em 2015 tem validade de um ano.

3 Leite: sendo aprovado na Assembleia na próxima semana, a lei que regulamenta, entre outras coisas, a atividade do transportador tem previsão de sair do papel até o final de março – há prazo de 90 dias após a publicação para a regulamentação. As multas previstas irão variar de R\$ 700 a R\$ 310 mil, conforme decreto em elaboração por técnicos.

4 Programa de carne: a ociosidade dos frigoríficos de carne bovina no Estado – e as constantes reclamações da indústria da falta de matéria-prima – alimentam a ideia de lançar um programa de reestruturação da pecuária gaúcha para 2016. O objetivo, explica Fernando Groff, assessor técnico especial da secretaria, é evitar a oscilação existente do número de animais para engorda dentro do Estado. No momento, está ainda em fase embrionária a partir de discussões com a Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne e em paralelo à proposta de rastreabilidade debatida pela Federação da Agricultura do Estado.



DIÓGO ZANATTA, ESPECIAL

CLIMA PARA INVESTIR

Se fosse incluir uma encomenda para o agronegócio na lista de pedidos ao Papai Noel, o superintendente no Estado do Banco do Brasil, Edson Bündchen, sabe o que seria:

– Boas condições de tempo, que o clima ajude o setor. Porque competência e empreendedorismo já existe. Se São Pedro ajudar, as outras condições estão dadas.

Com o peso de quem tem 60% das operações de crédito do setor, o Banco do Brasil é uma referência nos financiamentos agrícolas.

Ainda sem orçamento para 2016 autorizado, Bündchen garante que o banco tem recursos captados para linhas de crédito e custeio – de janeiro até agora, os desembolsos somaram R\$ 10 bilhões, um pouco aquém do esperado por conta da retração nas linhas de investimento. Mais do que isso: explica que o agronegócio será uma das sete frentes de trabalho da instituição.

O superintendente fala sobre desafios de 2015 e as oportunidades para o próximo período. Veja trechos da entrevista à coluna.



Bündchen

vêm do Tesouro. Outro ponto significativo é que na carteira do agro 80% das contratações foram feitas com mitigadores de risco (como o seguro rural).

DEMORA NA LIBERAÇÃO

O banco colocou a agilidade como um dos valores. Aqui e acolá há situações em que o cliente reclama da demora. No caso do custeio, temos uma boa velocidade, cinco, seis dias, no máximo uma semana.

Quando ultrapassa o período, procuramos nos ajustar. As operações de investimento têm características diferentes. Em muitas vezes dependem de projeto, de licenciamento ambiental. Criamos a Esteira Agro (canal online para análise de crédito).

MAIS EXIGÊNCIAS?

Continuamos com a política de crédito adequada, com análise de risco segregada. Acho que a redução nas linhas de investimento foi mais uma decisão do produtor. É natural, depois de um ciclo de crescimento, um arrefecimento. Isso não reflete ausência de recursos. Se faltasse da linha A, tínhamos a alternativa B. Há ainda os programas estruturantes do agronegócio, como os financiamentos da Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e para a Construção e Ampliação de Armazém (PCA). São projetos de 15, 20 anos, com prazo de maturação, têm um ritmo um pouco mais lento. A decolagem e a maturação estão dentro de uma lógica de transformação do setor.

SEM PRÉ-CUSTEIO PARA ARROZ

Durante três anos seguidos, tivemos recursos para o pré-custeio. Neste ano, não. Construímos, em parceria com entidades como a Farsul e a Federarroz, alternativas, que incluem o alongamento do vencimento das operações de financiamento e a liberação de recursos para a comercialização.

PERSPECTIVA PARA 2016

Temos mais de 200 mil produtores atendidos ao ano. É óbvio que a gente prevê que haverá recursos. Teremos funding para linhas de financiamento e custeio. O setor tem a perspectiva de continuar a ser o grande parceiro, desponta como uma das alavancas. É uma das sete frentes de trabalho do BB no próximo ano. Em 2015, houve pleno atendimento de todas as demandas. Só não atendemos mais, porque faltou demanda.

FINANCIAMENTOS

No Rio Grande do Sul, houve diminuição entre 40% e 45% no apetite nas operações de investimento (de janeiro a dezembro deste ano). O custeio cresceu 1% e a comercialização, 50%. A carteira do agro (o saldo das operações) cresceu 4,5%. É inferior ao ritmo dos anos anteriores, quando se teve avanços entre 15% e 20%. Vale lembrar que 80% dos recursos de crédito são do banco. Apenas cerca de 20%

NO RADAR

O CONSELHO REGIONAL de Medicina Veterinária do RS arrecadou doações para crianças e adolescentes do Pão do Pobres, na Capital. Entre os itens, bichos de pelúcia, no espírito da entidade, que reúne profissionais dedicados aos animais de verdade.



HISANA ARRATO/CRVM, DIVULGAÇÃO

12 mil toneladas

foi a quantidade de alimentos doados ao longo de 2015 pela Companhia Nacional de Abastecimento para assistência humanitária em locais como Argélia, Cuba, Faixa de Gaza, Guatemala, Guiné, Libéria, Serra Leoa e República Centro-Africana. Mais da metade (56%) foi de arroz beneficiado de estoques públicos.

Leia a entrevista completa com o superintendente em zerohora.com/giseleloeblein